

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Mestrado Profissional em Políticas Públicas

Programa de Disciplina

Disciplina: *Análise de Políticas Públicas* Status: *Eletiva* Turma: *II MPPP- 2017.1*

Prof. *Ranulfo Paranhos* <ranulfoparanhos@me.com>

Material disponível em: <http://www.gcpp.com.br/ranulfo>

1. **Ementa:** A disciplina apresenta um quadro de referência analítico para o estudo de políticas públicas, discutindo questões relativas à compreensão da tomada de decisão pública e seus impactos nas políticas públicas, bem como os principais modelos de análise de políticas públicas.
2. **Objetivo:** introduzir os conceitos básicos para análise de políticas públicas, a partir dos modelos de análise e casos práticos.
3. **Metodologia:** A disciplina será ministrada através de aulas expositivas com discussão da bibliografia sugerida. Todo material utilizado será disponibilizado em plataformas digitais e/ou cópia xerográfica.
4. **Avaliação:**
Entrega de Projeto – 50% (até um mês após a última aula)
Seminário e exercícios – 40%
Participação – 10%
5. **Programa**
 - 5.1 Tomada de Decisão Pública
 - Teoria das Elites
 - Pluralismo Democrático
 - Lógica da Ação Coletiva
 - Neo-Institucionalismo da Escolha Racional
 - 5.2 Modelos de Análise de Políticas Públicas
 - 5.3 Analisando as análises

6. Cronograma/Referências Bibliográficas

Encontro 1: Apresentação do Programa, discussão da metodologia de avaliação. Não há leitura.

Encontro 2: Recomenda-se a leitura de, ao menos, 02 textos sugeridos. A aula será uma revisão condensada do tema.

6.1 *Tomada de Decisão Pública*

- (1) DAHL, R. A. (1997). *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp.Ed., pp. 25-62.
- (2) PIO, C. & PORTO, M. (1998). "Teoria Política Contemporânea: política e economia segundo os argumentos elitistas, pluralistas e marxistas". In: RUA, M. G. & CARVALHO, M. I. V. (Orgs.). *O Estudo da Política. Tópicos Seleccionados*. Brasília: Paralelo 15.
- (3) MOSCA, G. (1954). "A Classe Dirigente". In: SOUZA, A. (org.). *Sociologia Política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- (4) PARETO, V. (1954). "As Elites e o uso da Força na Sociedade". In: SOUZA, A. (org.). *Sociologia Política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- (5) MICHELS, R. (1954). "A Lei de Ferro da Oligarquia". In: SOUZA, A. (org.). *Sociologia Política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- (6) OLSON, M. (1999). *A lógica da ação coletiva*. São Paulo: EDUSP. (Cap. 1 – Uma teoria dos grupos sociais e das organizações p. 17-64).
- (7) HALL, Peter A. e TAYLOR, Rosemary C. R. (2003). As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova*, no.58, p.193-223. <http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a10n58.pdf>

Complementares

- (1) ROCHA, R. (2004). A avaliação da implementação de políticas públicas a partir da perspectiva neo-institucional: avanços e validade. *Cadernos ABAPE*, Vol. II, N. 1.
- (2) GREEN, D. P. e SHAPIRO, I. (2000). Teoria da escolha racional e ciência política: Um encontro com poucos frutos? *Perspectivas*, São Paulo, 23.
- (3) FERREJOHN, J. e PASQUINO, P. (2001). A teoria da escolha racional em Ciência Política: Conceitos de racionalidade em teoria política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, Vol. 16, no. 45, fev.

Encontro 3: Aula expositiva.

6.2. Modelos de Análises de Políticas Públicas

- (1) SECHI, L. (2015). *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning. Cap. 2 (Tipos de Políticas Públicas), 25-41.
- (2) SECHI, L. (2015). *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning. Cap. 3 (Ciclo das Políticas Públicas), 43-71.
- (3) SECHI, L. (2015). *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning. Cap. 4 (Instituições no processo de políticas públicas), 81-98.

Encontro 4: Aula expositiva

- (4) HOWLETT, M.; RAMESH, M. e PERL, A. (2013). *Políticas públicas: seus ciclos e subsistemas*. Rio de Janeiro: Elsevier. Cap. 8: *Avaliação de políticas: Policy-making como aprendizagem*, 199-222.
- (5) MONTEIRO, J. V. (2007). *Como funciona o governo: escolhas públicas na democracia representativa*. Rio de Janeiro: Editora FGV. Cap. 6 (Grupos de interesses especiais), 107-150
- (6) SECHI, L. (2015). *Análise do Problema: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções*. São Paulo: Cengage Learning. Cap. 2 (Análise do problema), 27-68.

- (7) SECHI, L. (2015). Análise do Problema: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning. Cap. 4 (Análise das soluções: uma abordagem racionalista), 69-126

Encontro 5: Aula expositiva

- (8) DYE, T. R. (2009). "Mapeamento dos modelos de Análise de Políticas Públicas." In: HEIDEMANN, F. G. e SALM, J. F. (2009). *Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, pp. 99-128.
- (9) SIMON, H. A. (2009). "Modelo comportamental de decisão racional." In: HEIDEMANN, F. G. e SALM, J. F. (2009). *Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, pp.133-153.
- (10) LINDBOM, C. H. (2009). "Muddling through 1: a ciência da decisão incremental." In: HEIDEMANN, F. G. e SALM, J. F. (2009). *Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, pp. 161-180.
- (11) ETZIONI, A. (2009). "Mixed scanning: uma "terceira" abordagem de tomada de decisão." In: HEIDEMANN, F. G. e SALM, J. F. (2009). *Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, pp. 219-232.

Complementares

- (1) RAEDER, S. (2014). CICLO DE POLÍTICAS: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. *Perspectivas em Políticas Públicas*, Vol. VII, N.13.
- (2) JANUZZI, P. de M. (2005). Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público*, 56(2), Abr/Jun.
- (3) FARIA, C. A. P. de (2005). A política da avaliação de políticas públicas. *RBCS*, Vol. 20, n. 59, out.
- (4) TREVISAN, A. P. & BELEN, H. M van (2008). Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. *Rev. Administração Pública*, 42(3), maio/jun.
- (5) ALMEIDA, B. C. & PAULA, S. L. De (2014). O papel da avaliação de políticas públicas no contexto do governo local. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 42, jun/jul.
- (6) IPEA. *Políticas sociais: acompanhamento e análise* (edição especial). Número 13. PP. 77-192
Acessado em: 22/abril/2017. Disponível em:<
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/BPS_13_completo13.pdf

Encontro 6: Apresentação de seminários

Encontro 7: Apresentação de seminários

Encontro 8: Apresentação de seminários

6.3 Analisando as Análises* (algumas sugestões).

- (1) NASCIMENTO NETO, P.; MOREIRA, T. A.; HARDT, C.; SCHUSSEL, Z. (2015). Análise de políticas públicas: entre a modelagem e a realidade da política habitacional brasileira. *Rev. Adm. Pública*, 49(4):847-868, jul./ago.
- (2) DENES, G.; KOMATSU, B. K.; MENEZES-FILHO, N. (2016). Uma Avaliação dos Impactos Macroeconômicos e Sociais de Programas de Transferência de Renda nos Municípios Brasileiros (*Working Paper*). REAP-Rede de Economia Aplicada. Disponível em: <http://reap.org.br/wp-content/uploads/2016/05/096-Uma-Avalia%C3%A7%C3%A3o-dos-Impactos-Macroecon%C3%B4micos-e-Sociais-de-Programas-de-Transfer%C3%A2ncia-de-Renda-nos-Munic%C3%ADpios-Brasileiros.pdf>
- (3) CERQUEIRA, D.; MATOS, M.; MARTINS, A. P. A.; PINTO JÚNIOR, J. (2015). Avaliando a efetividade da Lei Maria da Penha. In: *IPEA: Texto para Discussão 2048*. PP. 7-35. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2048k.pdf
- (4) CORTES, S. V. (2014). "O Sistema Único de Saúde no Brasil: uma avaliação." In: MADEIRA, L. M. (Org.). *Avaliação de políticas públicas*. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, Cap. 7, pp. 179-194.

* Para apresentação de seminários, cada grupo de 3 alunos poderá escolher um artigo preferencial. O tema deve ser sempre avaliação de alguma política pública.